

Festival Bixa (R)Existe

Protagonismo juvenil, políticas do corpo e sexualidades no contexto da educação profissional e tecnológica¹

Bixa (R)Existe Festival: youth protagonism, body policies and sexualities in the context of professional and technological education

Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti

Doutora em História – UFPE

*Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do PA e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – IFPA. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Cultura, Educação e Política (GICEP-CNPq).
natalia.cavalcanti@ifpa.edu.br*

¹ Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada no III Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica, realizado em Belém-PA, de 19 a 21 de setembro de 2018. Agradeço as contribuições dos participantes do GT Visualidades e (In)visibilidades LGBTI em Contextos Escolares.

Resumo

O artigo traz à pauta as demandas da juventude que questiona a heteronormatividade no contexto de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na cidade de Belém do Pará, propondo o debate sobre visibilidade LGBT, segurança e direitos. As experiências e discursos políticos de uma parcela de estudantes emergiram na realização de duas edições do Festival “Bixa (R)Existe”, protagonizado por universitários e discentes do Ensino Médio Integrado aos Cursos Técnicos. A primeira edição ocorreu no contexto das ocupações estudantis de 2016 e, sem dúvida, deve ser considerada no bojo da politização à época. A segunda edição foi realizada em 2017, de forma planejada e com maior repercussão nas redes sociais e entre a comunidade escolar. Considero que as questões trazidas pelos jovens em formação profissional que problematizam o silêncio e a indiferença históricos com relação às sexualidades não heteronormativas, precisam ser analisadas e compreendidas para que se efetive uma educação integral, humana, transformadora, inclusiva e política. Para fins deste trabalho, concentramos a análise em um conjunto de imagens produzidas em 2016 e 2017 pela organização do festival que disponível nas redes sociais, além de observação participante e conversas informais.

Palavras-chave: Juventude. Sexualidades. Gênero. Educação Profissional e Tecnológica.

Abstract

The article brings to the discussion the demands of young people who question heteronormativity in the context of the Federal Institute of Education, Science and Technology, in the city of Belém do Pará, proposing the debate on LGBT visibility, security and rights, the experiences and political discourses of a group of students who came to the realization of two editions of the Festival “Bixa (R)extiste”, political discourses of a group of students who are involved in two editions of the “Bixa (R) Existe” Festival, conducted by university and students from the High

School Integrated Technical Courses. The first edition took place in the context of the student occupations of 2016 and, undoubtedly, should be considered as part of the youth politicization at the time. The first edition occurred in the context of the student occupations of 2016 and, undoubtedly, should be considered as part of the young politicization at the time. The second edition was held in 2017, in a planned way with more repercussion in social networks and among the school community. I believe that the issues raised by young people in vocational training who problematize historical silence and indifference with regard to non-heteronormative sexualities need to be analyzed and understood in order to achieve a comprehensive, human, transformative, inclusive and political education. For the purposes of this work, we focused the analysis on a set of images produced in 2016 and 2017 by the Festival organization and available on social networks, in addition to participant observation and informal conversations.

Keywords: Youth. Sexualities. Genre. Professional and Technological Education.

Introdução

Foi através da atuação em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), com ênfase na formação profissional e ofertada de forma integrada ao Ensino Médio, que me senti irrequieta com o universo LGBT em um contexto educacional. Como pesquisadora de história das mulheres e das relações de gênero, obviamente já havia uma proximidade teórica com o universo de lésbicas, gays, travestis e transexuais. No entanto, somente em 2016, atuando no Ensino Médio Integrado me deparei com estudantes, jovens entre 15 e 18 anos reivindicando uma identidade fora da “caixa” da heteronormatividade, seja dentro da sala de aula ou, de forma mais ampla, no contexto institucional. Percebi uma política do corpo, questionando identidades e comportamentos socialmente atribuídos a meninos e meninas, por meio de batons vermelhos, brincos enormes, saíões e turbantes, perfor-

mances potentes e desafiadoras no âmbito dos cursos de eletrotécnica, eventos e telecomunicações.

Ressalto que nomeio *política do corpo*, assentando-me teoricamente tanto em Butler (2018) quanto em Racière (2005), ao perceber os corpos dos meninos e meninas do Campus Belém como linguagens, que significavam e expressavam seus modos de fazer, suas demandas de pertencimento e que, por meio de atos estéticos, ensejavam novas maneiras de sentir e induzir outras formas de subjetivação política. E o sentido de política ancora-se na ideia de experiência, como um lugar de disputa, mas também de partilha de uma cultura comum e de uma busca por direitos e espaços (RANCIÈRE, 2005).

Assim, a preocupação em trazer para sala de aula de história uma perspectiva relacional da experiência humana, considerando a presença feminina no passado e no presente, ampliou-se e fui mobilizada a questionar a ausência na narrativa histórica, e nos currículos escolares de forma geral, de sujeitos cujas orientações sexuais e performances corporais desestabilizaram e desestabilizam visões de mundo padronizadas, normativas e essencialistas. Lidar com a diversidade sexual, combatendo piadinhas e interpelações estereotipadas levaram-me a aprofundar as leituras sobre heteronormatividade na educação básica e a inserir sistematicamente o debate nos cursos de educação em direitos humanos e diversidade, ministrados nas licenciaturas do IFPA-Campus Belém.

Todavia, além de querer individualmente ampliar os sujeitos e narrativas das minhas aulas de História no Ensino Médio Integrado no contexto escolar em pauta – uma Instituição Federal de Educação Profissional – numa perspectiva antropológica (DA MATTA, 2010; OLIVEIRA, 2000), tenho acompanhado e presenciado estudantes que reivindicam, isoladamente ou por ações coletivas, discursiva e corporalmente, práticas docentes e institucionais de inclusão, respeito, escuta e planejamento, que considerem as suas especificidades. Considerando as dimensões políticas e simbólicas da presença da juventude LGBT no contexto da educação profissional e tecnológica, tenho construído algumas notas etnográficas, que compartilho neste texto.

Questionar a heteronormatividade, as desigualdades e violências a que são suscetíveis sujeitos que ousam romper com perspectivas universalizantes e ahistóricas parece-me ser um exercício tão necessário quanto urgente. Para que compreendamos a potência política do Festival Bixa (R) existe considero relevante destacar o caráter historicamente normativo e disciplinador dos espaços educativos, particularmente das escolas (LIONÇO; DINIZ, 2009; LOURO, 1997).

Portanto, em linhas gerais, apresento as ações do Festival denominado Bixa (R) existe, que em 2016 e 2017 se configurou num conjunto de ações no IFPA Campus Belém e nas redes sociais, pautando uma série de reivindicações, discussões e debates sobre o universo LGBT e sobre as violências físicas e simbólicas desses sujeitos. A edição de 2016 se insere no movimento das ocupações estudantis, fazendo com que sua análise considere esse contexto.

Inicialmente, apresento o Campus Belém no contexto das ocupações estudantis de 2016, argumentando a politização da juventude e as contribuições da proposta educacional do Ensino Médio Integrado da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seguida, apresento a emergência do Festival Bixa (R) existe e suas principais pautas e formas de expressão; resalto o caráter tático e o teor político das práticas estéticas do evento; e concluo o texto descrevendo a segunda edição do festival e pontuando sua maior visibilidade e articulação com representantes do movimento LGBT em Belém.

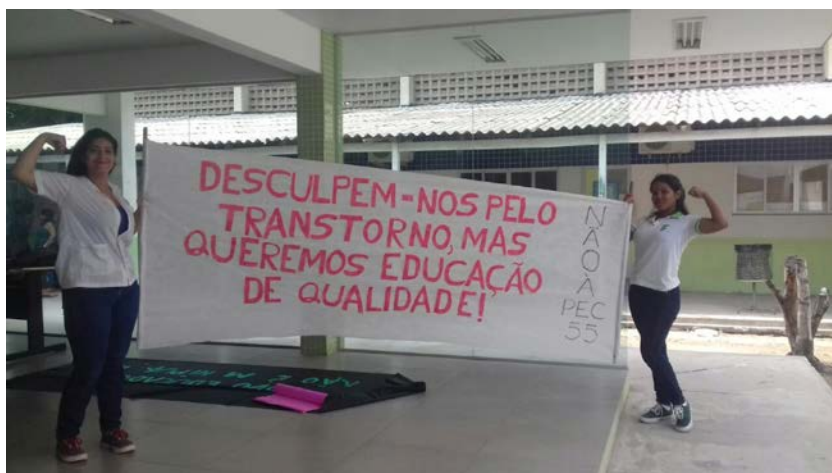
Protagonismo juvenil nas ocupações escolares de 2016: a prática de uma formação integral

O ano de 2016 marca radicalmente a história recente do Brasil. Transmutado de impeachment, presenciamos um golpe jurídico-parlamentar no governo da então Presidenta Dilma Rousseff, levando o vice Michel Temer a assumir o poder, implicando em enormes retrocessos na democracia e na gestão pública brasileira. Setores conservadores reapareceram no cenário político e puseram em movimento uma série de contrarreformas perversas, sob a alegação de ajustes fiscais para conter

a crise econômica presente no país (NEPOMUCENO, 2018). Tratou-se da retomada de projetos alinhados ao capitalismo internacional, atacando radicalmente à classe trabalhadora brasileira, inclusive os docentes com as propostas da Reforma do Ensino Médio e do Projeto Escola Sem Partido (FRIGOTTO, 2018).

Contudo, em 2016 presenciamos também um dos mais fortes movimentos de mobilização popular no Brasil. Após o governo Temer lançar o Projeto de Reforma do Ensino Médio, estudantes de todo o país passaram a ocupar escolas públicas em protesto contra essa medida. O Ministério da Educação chegou a adiar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em algumas escolas por conta do movimento. Um levantamento divulgado pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) mostrou que pelo menos 1.154 escolas, universidades estaduais, federais e municipais e Institutos foram ocupados por estudantes em todo o país (Figuras 1 e 2).

Figura 1: Produção de faixas e cartazes por estudantes da ocupação 2016.



Fonte: Acervo da autora.

Figura 2: Aulão do IFPA na Avenida Almirante Barroso, em frente ao Campus Belém. Ação do Movimento de Ocupação.



Fonte: Acervo da autora.

A precariedade da educação pública e os riscos diante da Proposta de Emenda Constitucional que congelou os gastos públicos, a conhecida PEC 55, foram expostos nacionalmente pela juventude. Em algumas instituições de ensino os estudantes se juntaram com movimentos docentes que também denunciavam o golpe jurídico-parlamentar por meio de paralisações e greves pressionavam o governo golpista de Michel Temer contra a aprovação de medidas de contenção de orçamentos para a educação. Frente às manifestações, os estudantes e docentes presenciaram discursos e práticas por setores conservadores e pela mídia procurando criminalizar os seus atos.

O Campus Belém do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) viveu intensamente a greve docente e a ocupação estudantil. O protagonismo juvenil, com pautas sobre a falta de infraestrutura adequada no âmbito das salas de aulas e demais espaços escolares, contra a Reforma do Ensino Médio e oposição à PEC 55, demonstrou a capacidade de mobilização e criticidade dos estudantes do IFPA, particularmente do Ensino Médio Integrado ao Técnico (EMI).

É importante ressaltar que o EMI, da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (Rede EPCT), pauta-se na perspectiva da formação integral do sujeito, ou seja, considerando a formação intelectual, física, tecnológica, cujas bases conceituais estão em Gramsci, Marx e Engels (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2012). O horizonte da educação integral ou politécnica que promovemos na Rede Federal é a emancipação dos indivíduos, não se restringindo estritamente à formação técnica profissional.

Dito isto, considero que no âmbito das manifestações estudantis de 2016 tivemos várias experiências protagonizadas pela juventude dos campi do IFPA que indicaram a potência do projeto educativo e societário empreendido na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. As Figuras 1 e 2, por exemplo, nos permitem perceber como questionar a PEC 55, ou seja, colocar-se politicamente no debate nacional, aparece como uma ação relevante, necessária, superando o individualismo imediato da manutenção das aulas no semestre em pauta. Trata-se de uma maturidade política e intelectual que dificilmente presenciamos entre estudantes da educação profissional, muito menos discentes de cursos estritamente técnicos, voltados apenas para a lógica do capital.

Aqui vale destacar a Figura 1, trazendo à cena meninas, estudantes de cursos técnicos, com braços dobrados numa posição que historicamente remete ao sentido de força e determinação. Os sorrisos expressos indicam a satisfação em construir um movimento político na instituição. A foto foi tirada dentro do Campus Belém, no contexto de uma oficina de faixas e cartazes e circularam nas redes sociais, como *Whatsapp* e *Facebook*, durante as ocupações.

Considero que as imagens produzidas pelas adolescentes do movimento, algumas delas usadas neste artigo, auxiliam na construção de uma interpretação política da ocupação e motivam o expectador a leituras sobre as ocupações. Há um enquadramento, a construção de uma narrativa que, mesmo pontual, dá-se a ler, trazendo à tona os embates da juventude pela qualidade da educação. Corpos de pé, com faixas, nos bastidores da ocupação (Figura 1); e corpos sentados, fisionomias

fechadas e atentas (Figura 2) no aulão em plena Avenida Almirante Barroso, nos afetam e dão-se à leitura. Butler (2018), no ensaio sobre as fotografias de guerra, num debate com Sontag, destaca:

[...] Podemos mesmo afirmar que aquilo que Sontag chama de “a consciência política” que motiva o fotógrafo a produzir uma fotografia condescendente é, em alguma medida, estruturada pela fotografia, até mesmo incluída no enquadramento. Não precisamos de uma legenda ou de uma narrativa para compreendermos que um contexto político está sendo explicitamente formulado e renovado através do e pelo enquadramento, que o enquadramento funciona não apenas como uma fronteira para a imagem, mas também estrutura a imagem em si (BUTLER, 2018. p. 110).

Sem a pretensão de aprofundar a teoria das imagens e as possibilidades interpretativas e produtivas da fotografia, ressalto seus usos narrativos e, como neste artigo, aproprio-me de seu potencial afirmativo de um lugar político das meninas e suas ações no movimento de ocupação do IFPA. Também destaco o poder político das imagens produzidas no Festival Bixa (R)existe. Ao selecioná-las, intenciono destacar o protagonismo feminino e LGBT no movimento estudantil e o empoderamento dos corpos em ação, de certa maneira, através dessas imagens construo uma narrativa das *formas de poder* no contexto da ocupação.

Voltando às práticas do Movimento de Ocupação do Campus Belém, ressaltamos que houve variadas as expressões criativas de protesto: audições musicais, oficinas de turbantes, desfiles de orgulho negro, peças teatrais, produções de vídeos etc. E inserido nessa efervescência política e artística juvenil, apareceram cartazes nas paredes dos blocos de salas de aula, nos corredores, sala dos professores e área externa da biblioteca, com os dizeres: “BIXA EXISTE”, “BIXA PRETA POBRE” “BIXA PRETA POBRE VADIA”. Dentro de um debate amplo sobre os projetos de lei conservadores no âmbito da política e economia, nas tensões de negociações entre docentes, estudantes e gestão do Campus

e Reitoria, surge uma pauta aparentemente específica. Mas, será que homofobia, machismo e violência de gênero são pautas específicas quando discutidas na escola?

Bixa existe e resiste nos cursos técnicos do IFPA

O que as expressões dos adolescentes da Figura 3 nos comunicam? Além dos dizeres nos cartazes, o que os semblantes fotografados se prestam a nos dizer sobre as suas experiências? Dor? Revolta? Indiferença? Sem dúvida, imagens que irrompem no espaço institucional fazendo-se ver e moldando os olhares dos sujeitos daquele espaço. Constituem um texto e carregam problematizações e questionamentos sobre os corpos em exposição, mesmo sendo cenas de dissenso (RANCIÈRE, 2009), redefinindo o visível e as narrativas historicamente consolidadas sobre os sujeitos LGBT. Podemos pensar o conjunto de imagens produzidas pelo festival e as expressões performáticas no Campus como dissenso.

Figura 3: Bixa Preta Pobre Vadia. Bixa Existe. Cartazes de Estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico do Campus Belém.



Fonte: Página do evento na Rede Social Facebook.

Conforme Jacques Rancière (1996), o termo dissenso não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob as formas do antagonismo social, conflito de opiniões ou a multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir, que a política deveria respeitar. É a divisão no núcleo, mesmo do mundo sensível, que institui a política e a sua racionalidade própria. As formas políticas do dissenso foram constituídas de lutas contra essas perturbações que agitam indivíduos e grupos a partir do sentimento da identidade ameaçada e da alteridade ameaçadora. À sua maneira, elas pacificaram certo número de pulsões, de angústia, de ódio e de morte (RANCIÈRE, 1996).

Assim, como dissenso, o Festival subverteu a “ordem estabelecida” na escola, desde a grafia da língua normativa, colocando X no “Bixa”. Segundo Josafá Nascimento, idealizador do Festival:

A palavra “bicha”, para homens homossexuais, sempre foi algo doloroso e pejorativo de se ouvir. Esta, dentre outras palavras, deixa marcas muitas vezes irreversíveis na vida das pessoas. Palavras têm o poder do discurso. O poder de subjugar, degradar, humilhar e diminuir. Mas as palavras também têm o poder de enaltecer, valorizar, vangloriar e expor bons significados. A palavra é um elemento vivo de nossa comunicação que deve ser apropriado e ressignificado sempre que possível (NASCIMENTO, 2017).

As palavras de ordem mencionadas e estampadas na Figura 3 foram taticamente espalhadas pelos organizadores do Festival Bixa (R) existe, em sua primeira edição realizada em outubro de 2016. Apoiada nos estudos de Michel De Certeau (1994), considero uma tática tanto por sua ação prática desviante da pauta política do momento quanto pelo caráter imprevisível de sua repercussão. As táticas são *diferentes maneiras de fazer* dos sujeitos que pretendem entrar no jogo em questão, acionando formas inventivas e fugindo do controle (DE CERTEAU, 1994). Qual o jogo em questão aqui? As disputas e reafirmações identitárias, de classe, sexuais e étnico-raciais. Mobiliza-se um conjunto

de temas políticos e ainda “subverte” a linguagem, ressemantizando a palavra BIXA. Conforme Louro (2018), no movimento LGBT, historicamente, a afirmação da identidade supõe demarcar fronteiras e implica uma disputa quanto às formas de representação. Imagens e personagens homofóbicos estereotipados na mídia e nos filmes são contrapostos por representações “positivas” de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política (LOURO, 2018, p. 30). Assim, naquele contexto, a palavra BIXA emergiu com o caráter político e convocativo dentro do campus. Podemos interpretar como tática de construção de alianças e também da identificação dos grupos de resistência e oposição, como apontaremos adiante.

O Festival aparece, segundo os organizadores, como “um projeto para desmascarar o preconceito e a violência vivida pelos alunos LGBT do Instituto Federal do Pará (IFPA)”. O evento foi criado por Josafá Nascimento, fotógrafo e estudante do curso de licenciatura em Letras do Campus Belém. Segundo o discurso do idealizador: “humanização não se resume a ser bonzinho com a população LGBT, mas acolher as diferenças, de forma ética” (NASCIMENTO, 2016).

Dessa forma, percebe-se que a pauta da diferença emerge enfaticamente, expondo a insuficiência de uma lógica binária – feminina e masculina – capaz de compreender os educandos e acolher sua multiplicidade de sexo, gênero e sexualidade. O evento, portanto, problematiza as relações sociais dentro da instituição e não deixa de pressionar a construção de estratégias pedagógicas e formativas que considerem essas diferenças. Com Burbules (2012), penso que o tema da diferença, quando emerge no ambiente educacional, é mais uma oportunidade do que um problema:

É uma oportunidade porque os embates entre os diversos grupos e indivíduos oferecem ocasiões para explorar o leque das possibilidades humanas que se expressam na cultura e na história; porque as conversas entre os diferentes podem nos ensinar a entender formas alternativas de vida e a desenvolver empatia

por elas; é porque aprender a lidar com essa diversidade é uma virtude da cultura cívica democrática (BURBULES, 2012, p.176).

Considero relevante a estratégia contra os discursos de ódio, injúria e preconceito vivenciados pelos estudantes. Nomear suas ações de “Bixa (R)existe” é ressignificar um termo que foi historicamente utilizado para ferir e inferiorizar os sujeitos que ousaram romper com a heterossexualidade (LOURO, 2018). Trata-se de evidenciar como a linguagem ressignifica os termos subordinados. É também reivindicar uma existência dentro de um contexto educacional que historicamente foi marcado pela presença masculina e ao tema do trabalho. Evidencia-se a relevância das variáveis sexo, gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, quando educamos no âmbito da formação profissional.

Destacamos que, de forma muitas vezes sutil, a escola atua no sentido de gerar sujeitos femininos e masculinos considerados “normais” na nossa sociedade, ou seja, heterossexuais, discriminando aqueles e aquelas que de alguma maneira apartam-se dessa “norma”. A normatividade heterossexual determina uma clara limitação de direitos às pessoas estigmatizadas por terem *performances* de gênero e/ou sexualidade fora do esperado para o seu sexo de nascimento. Essas pessoas sofrem um cerceamento de direitos no qual a escola deixa de cumprir a sua própria função social e limita o acesso às estigmatizadas e aos estigmatizados a outros espaços. Na sociedade em que vivemos, a escolarização tornou-se praticamente obrigatória para o acesso ao trabalho e a uma renda digna, portanto, aqueles e aquelas que são privados da escolarização, muitas vezes de forma velada, mas também de forma explícita, por meio da escola, acabam condenados a posteriores exclusões (SILVA, 2018, p. 12).

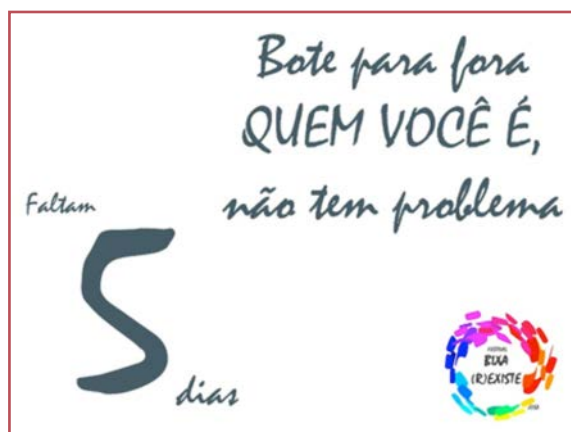
Portanto, evidencio o caráter político do Festival, uma ruptura no cotidiano de uma instituição que forma jovens para o mundo do trabalho, e que se propõe a ofertar uma educação crítica e cidadã. A parcela que reivindica visibilidade, segurança e denuncia a violência precisa ser ouvida, e suas demandas devem permear o planejamento pedagógico institucional. Sabe-se, como pontuado por Silva (2018), o quanto a evasão

escolar, o baixo rendimento e os diversos problemas de relacionamentos interpessoais e de formação podem ser agudizados com o predomínio da heteronormatividade. Precisamos pautar o tema da sexualidade e dos direitos LGBT tanto na educação profissional quanto no ensino médio integrado, pois a escola não pode se furtar a este debate, sob pena de reforçar as fileiras da exclusão no mundo do trabalho.

Rompendo o silêncio: combatendo a heteronormatividade e a estigmatização

Na edição de 2017, o Festival Bixa (R)existe contou com uma mesa de troca de experiências e pautou os temas da aceitação, família e preconceito, em seus termos, com “as bixas afeminadas” e “como lidar com isso no dia a dia”, como lutar e resistir dentro da instituição. A organização propôs a criação de placas com as próprias frases usadas durante a conversa e, no final, uma sessão fotográfica (Figura 4). Teve música (DJ e Pocket Show), comidas e conforme *post* na página do evento: “muita viadagem”.

Figura 4: Cartaz de divulgação do Festival, edição 2017.



Fonte: Página do evento no Facebook.

Percebe-se que a segunda edição seguiu um planejamento, várias adesões, inclusive de artistas locais, com depoimentos e vídeos nas

redes sociais. Cartazes como o da Figura 5, indicam a organização, mobilização e reafirmação política do evento. Os temas da sexualidade se misturam com o da política nacional, como na frase “Por dentro Linda, por Fora Temer” e o combate à violência aparece em “Tire a sua fobia do caminho”. Gays, lésbicas, transexuais e travestis são convocados e convocadas a existir e a resistir. Por fim, a marca aparece, por meio da logo, destacando a cara do festival (Figura 6).

Figura 5: Cartaz de divulgação do Festival na rede Facebook.



Fonte: Página do evento no Facebook.

Figura 6: Cartaz com a logo do Festival.



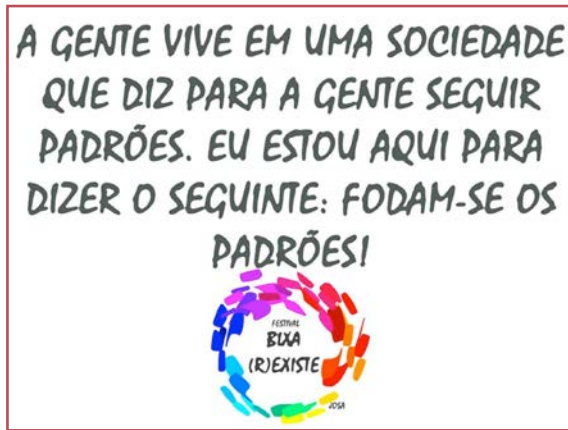
Fonte: Página do evento no Facebook.

Na rede social Facebook, durante vários dias foram divulgados posts anunciando o evento e apresentando as pautas e atrações do Festival. Pautando-se no conceito de *Artivismo* – ações sociais e políticas produzidas por pessoas ou coletivos, valendo-se de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas – o Festival Bixa (R) existe amplificou, sensibilizou e problematizou suas reivindicações. Segundo o idealizador do evento, o tema principal era:

HOMOFOBIA. AS MARCAS DESSA VIOLÊNCIA NÃO PODEM SER ENCOBERTAS. Nos noticiários, todos os dias, vemos a quantidade de pessoas LGBT mortas e como a violência e preconceito só tem crescido, logo, a importância de se falar sobre isso cresce também. O Brasil é o país que mais mata Travestis e Transexuais e isso deixa a gente muito triste. Traz tua vivência e experiência e vamos juntos combater todo tipo de preconceito, seremos só uma, uma só voz. Aqui ninguém é diferente e se tens esse discurso: “ah, mas não me misturo com esse tipo de viado”, nem vem. O evento contará com a abordagem de outros temas como “Estupro Corretivo”, “Aceitação e liberdade do corpo”. O projeto segue com sua ideia original, diante disso, vem para desmascarar os preconceitos e as tentativas de nos calar dentro do Instituto. Viado (e toda população LGBT) tem voz e ela será ouvida por todos nesse Festival. Viva as lésbicas, gays, xs bi, xs trans, as travesti, as drags, xs não-binários e toda a diversidade existente lá dentro. Viva a diversidade! Você tem medo, por quê? (NASCIMENTO, 2017.)

Percebe-se na citação acima que a pauta homofobia não é por acaso. Os organizadores se somam aos ativismos LGBT que denunciam o extermínio dessa população no Brasil. Propõem também um momento de socialização e trocas de experiências entre a comunidade LGBT do IFPA e se colocam em confronto com os preconceitos e silenciamentos dentro da própria instituição (Figura 7).

Figura 7: Publicação de divulgação na página do evento no Facebook.



Fonte: Página do evento no Facebook.

Infelizmente, destacamos que o Festival recebeu reações negativas por parte de alguns estudantes e docentes, inclusive com bloqueio de páginas no Facebook e expressões homofóbicas nas redes sociais. Apesar das críticas e ameaças, os organizadores continuaram a valorização das identidades sexuais não heteronormativas e mantiveram firmes as ações do Festival.

Considerações finais

Sem a pretensão de esgotar as várias possibilidades de leituras sobre o Festival Bixa (R)existe, promovido por estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, em 2016 e 2017, tendo por pauta a visibilidade e os direitos LGBT, percorremos no artigo algumas das expressões artísticas e políticas do movimento, argumentando sobre o seu caráter político e inovador dentro de uma instituição de educação profissional. Reforço a ideia de que a emergência do tema da homofobia, trazido por estudantes no âmbito do IFPA assenta-se numa urgente e necessária política institucional e pedagógica, que considere a diferença e a diversidade sexual. É importante destacar que,

em janeiro deste ano, o IFPA publicou sua resolução de nome social, orientada pelo Ministério da Educação, fazendo valer uma importante demanda LGBT. A diversidade sexual e de gênero é uma realidade entre a comunidade estudantil. Pautar a discussão da sua relevância e pensar estratégias pedagógicas específicas é contribuir para a permanência e êxito escolares desses jovens e, principalmente, fortalecer a sua formação cidadã, baseada na convivência com a diversidade.

A heteronormatividade combatida no Festival é responsável por determinar os padrões de comportamento dos indivíduos, relacionando-os de forma compulsoriamente aos sexos de nascimento, como se cada gênero tivesse que necessariamente ter comportamentos típicos e uniformes já predefinidos. Assim, pautando-se numa perspectiva heteronormativa, a escola, a universidade e outros espaços formativos, muitas vezes são labirintos de violências e desigualdades. As expulsões são tentativas de retirar da escola aquilo que é visto como desviante, que está fora do padrão de normalidade. Mesmo que a expulsão não se concretize, a tentativa de fazê-lo já é, por si só, uma mensagem normatizadora, que indica a intenção de não aceitação da diferença. Há casos em que, por impeditivos legais, a expulsão é dissimulada pelo “convite a se retirar” ou por uma transferência compulsória, convencendo pais, mães ou responsáveis e mesmo estudantes de que mudar de escola será melhor para elas/eles. Devolve-se para aquele/a que é discriminado/a a responsabilidade pela discriminação e encarrega a ele/ela da solução do problema (SILVA, 2018).

O Festival Bixa (R)existe, embora em 2016 tenha parecido supostamente para alguns como entretenimento, abriu discussões, questionou, provocou e transformou o contexto das ocupações no Campus Belém. Dando continuidade em 2017, reforçou o seu caráter desestabilizador e provocativo. Cartazes, desfiles, gritos de guerra, performances variadas, oficinas, múltiplas linguagens discutindo direitos e resistências. O que percebi em ambas as edições foram estudantes do Ensino Médio Integrado e de diversas licenciaturas pautando a existência e resistência no âmbito de suas vivências e sexualidades e não deslocadas de suas ex-

periências formativas, articuladas com a necessidade de pressionar por mudanças no mundo profissional, garantindo a entrada e permanência de LGBT de forma digna no mercado de trabalho.

Assim, pensar ações de coletivos e festivais LGBT como objeto de pesquisa no campo educacional e mesmo historiográfico, como o aqui apresentado, permite trazer para o campo das ciências humanas sujeitos historicamente silenciados e experiências ricas e potentes para pensarmos o tempo presente. Construir narrativas que deem visibilidade e historicidade ao protagonismo juvenil no campo dos direitos sexuais é pensar o corpo e a sexualidade de forma histórica, complexa e inseridas em contextos formativos e políticos específicos.

Referências

BURBULES, NICHOLAS C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 175-206.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “Sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2017.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia e educação**. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

MOURA, Dante H.; LIMA FILHO, Domingos Leite; SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas brasileiras na educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63. p. 1057-1080, out.-dez. 2015.

NEPOMUCENO, Vera. Reforma do Ensino Médio: uma estratégia do capital? In: MAGALHÃES, Jonas; AFFONSO, Cláudia; NEPOMUCENO, Vera (Org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 87-104.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. Brasília: Paralelo 15, São Paulo Editora UNESP, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. São Paulo: Edições 34, 2005.

_____. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVA, Josean Ricardo de Souza e. **Heteronormatividade e Estigmatização na Cultura Escolar do Amapá (1988-2018)**. 2018. 178f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.